

## PARECER N.º 294/CITE/2013

**Assunto:** Parecer prévio à recusa de pedido de autorização de trabalho em regime de horário flexível a trabalhadora com responsabilidades familiares, nos termos do n.º 5 do artigo 57.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro

Processo n.º 1146 – FH/2013

### I – OBJETO

**1.1.** Em 29.10.2013, a CITE recebeu da UNIVERSIDADE ..., pedido de emissão de parecer prévio à intenção de recusa da prestação de trabalho em regime de horário flexível solicitado pela trabalhadora ..., a exercer funções de Assistente Técnica no Departamento ... da referida Universidade, bem como o fundamento da recusa e a apreciação da trabalhadora, nos termos do n.º 5 e 6 do artigo 57.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro.

**1.2.** O pedido apresentado pela trabalhadora está datado de 30.09.2013 e é formulado referindo, nomeadamente, o seguinte:

**1.2.1.** *“..., Assistente Técnico no Departamento de Comunicação e Artes desta Universidade, vem solicitar a V. Exa. que se digne autorizar a alteração do horário atual para Horário flexível de trabalhador com responsabilidades familiares de acordo com o disposto no ponto 2, do Artigo 2.º do Despacho N.º 2013/R/14, e Artigo 56.º e alínea b) do ponto 2, do Artigo 212.º, sendo os últimos 2 Artigos do Código de Trabalho em vigor, pelos seguintes motivos:*

- *Ter a meu cargo filho menor de 12 anos que vive em comunhão de mesa e habitação.*
- *Ser necessário conciliar atividade profissional com os horários escolares e de atividades extracurriculares do menor em questão.*
- *Não ter capacidades financeiras para suportar o pagamento de ATL (...). Esse valor apenas será pago se tiver de deixar o menor na escola antes das 09:00 e depois das 17:30.*
- *Não ter ninguém que o possa ir buscar/trazer (...).*
- *Não possuir uma segunda viatura de modo a poder fazer turnos ou mudança de horário com o meu marido; (...).*
- *A aplicação do Despacho N.º 2013/R/14 é posterior á organização de turmas nas atividades extracurriculares do menor e significa que não pode fazer mudanças nas mesmas sem ter de as abandonar para poder conciliar com os horários pretendidos no referido Despacho.”.*

**1.2.2.** “ (...) Deste modo o horário pretendido possibilitaria a abertura do departamento entre as 09:00 e as 17:30 como habitual, fazendo apenas intervalo das 13:00 às 13:30 para almoço.”.

**1.2.3.** “ O funcionamento do serviço não é prejudicado e assim consigo conciliar a atividade profissional, as 40 horas semanais exigidas por lei, a atividade familiar e atividades extracurriculares sem exigências económicas acrescidas, aceitando sem problemas a decisão de almoçar em apenas 30 minutos.”.

**1.2.4.** “ (...) existem diversos pareceres da CITE que justificam este pedido (...).”.

- 1.3. Através de textos manuscritos elaborados no próprio requerimento da Trabalhadora pelo responsável da Faculdade ... e pela Presidente do Departamento de Comunicação da Universidade ... pode ler-se: *“Tomei conhecimento e concordo, pois não representa prejuízo para o serviço.”* e *“Concordo”*.
- 1.4. A 18.10.2013 a entidade empregadora notificou o trabalhador da sua intenção de recusa com base numa informação exarada pela chefe de divisão de Expediente e Pessoal, ..., que se transcreve de forma sumária: *“ (...) 6. Assim, o artigo 56.º do Código de Trabalho prevê a concessão de horário flexível de trabalhadores com responsabilidades familiares, para além dos requisitos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 3 refere expressamente na alínea c) que o período de intervalo de descanso não pode ser superior a 2 horas, não referenciando o período mínimo.”*.
- 1.5. *“7. Ora, essa lacuna não existe no regime geral (...) em que o intervalo é expressamente fixado no artigo 136.º do RCTFP, prevendo-se que não deve ser superior a 2 horas, nem inferior a 1 hora (...). O que acontece através da disposição da cláusula 13ª do Acordo Coletivo de Trabalho n.º 1/2009, que prevê: «Quando circunstâncias relevantes devidamente fundamentadas o justifiquem» o intervalo de descanso pode ser reduzido para 45 minutos para que uma vez por semana possa durar 2 horas. Ora, esta previsão (...) indicia que a regra é uma hora e que mesmo que, excepcionalmente se reduza para 45 minutos, a diferença para a regra de 1 hora (uma) tem que ser compensada durante a semana (...).”*.
- 1.6. *“8. Nestes termos, salvo melhor opinião, analisando a Lei n.º 59/2008 e respetivo Acordo Coletivo e Código de Trabalho, o intervalo de descanso na jornada diária deveria ser igual para todos os trabalhadores, em funções públicas, aplicando-se a lei de igual forma e, nos casos em que não haja inconveniente para o serviço, nomeadamente demasiados trabalhadores nessas condições que podem «sobrecarregar» outros colegas, dado não ser viável a contratação de outros trabalhadores para compensar os horários de outros apenas nos casos verdadeiramente excecionais e temporários, deverá prever-se, caso a caso um*

*intervalo de 45 minutos a ser compensado na mesma semana de trabalho pelo trabalhador.”.*

**1.7.** Ainda a 18.10.2013 a Trabalhadora apresentou a sua apreciação escrita sobre os fundamentos de recusa da sua entidade empregadora, referindo, em suma, o seguinte:

**1.8.** “ 1. A REQUERENTE reitera o teor da sua comunicação (...), e que aqui dá, para os devidos efeitos legais, por integralmente reproduzida.

*2. A REQUERENTE, notificada, em 18 de outubro de 2013, da intenção de recusa do pedido (...) considera, contudo, que a resposta da Universidade ..., (...), ao seu requerimento (referido em 1.) não expõe, qualquer situação de facto capaz de evidenciar, ou, ainda, que no horizonte, vislumbrar, que fosse, exigências imperiosas do funcionamento da Universidade ou impossibilidade de substituir o trabalhador caso este seja imprescindível.*

*3. O EMPREGADOR baseia o seu indeferimento na apreciação da Exma. Sr<sup>a</sup> Chefe de Divisão de Expediente e Pessoal, apesar do responsável pela Faculdade ... e pela Presidente do Departamento de Comunicação da Universidade ... ter transmitido que “Concordo e não vejo prejuízo para o serviço”, que basicamente, apenas alega não ser legal a duração mínima do intervalo de descanso de trinta minutos. No entanto, em nenhum artigo do normativo legalmente aplicável, é referida tal situação.*

*4. (...) considera a REQUERENTE que os factos relatados pelo EMPREGADOR na sua comunicação de indeferimento do requerimento são juridicamente irrelevantes, uma vez que, in casu, não preenchem os requisitos do n.º 2 do citado artigo 57.º.”*

## II – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

- 2.1. O direito à conciliação da atividade profissional com a vida familiar é um direito consagrado no artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa (CRP), sob a epígrafe “Direitos dos trabalhadores”, nos termos do qual estabelece que todos os trabalhadores têm direito à organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facilitar a realização pessoal e a permitir a conciliação.
- 2.2. Por outro lado, a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 68.º, reconhece aos pais e às mães o direito à proteção da sociedade e do estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país. Nele se estabelece ainda que a maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes.
- 2.3. A Conciliação afigura-se, portanto, como um direito com importantes consequências na vida do/a trabalhador/a. Certa doutrina considera-o inclusive como mais um princípio do nosso ordenamento jurídico derivado do princípio da proteção do/a trabalhador/a, como os princípios de proteção da maternidade e da paternidade, da dignidade e da segurança no emprego e da igualdade de oportunidades no acesso ao emprego.
- 2.4. O cumprimento do princípio da conciliação da atividade profissional com a vida familiar exige dos empregadores uma organização do trabalho, que tenha em conta as necessidades familiares dos seus trabalhadores, designadamente quando estes tenham de acompanhar os seus filhos menores.
- 2.5. Assim, e para concretização dos princípios constitucionais enunciados e sob a epígrafe “horário flexível de trabalhador com responsabilidades familiares”, prevê o artigo 56.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro,

o direito do/a trabalhador/a, com filho menor de 12 anos de idade ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica, a trabalhar em regime de horário flexível, entendendo-se que este horário é aquele em que o/a trabalhador/a pode escolher, dentro de certos limites, as horas de início e termo do período normal de trabalho diário.

- 2.6.** Para que o/a trabalhador/a possa exercer este direito, estabelece o n.º 1 do art. 57.º do CT que “ o trabalhador que pretenda trabalhar a tempo parcial ou em regime de horário flexível deve solicitá-lo ao empregador, por escrito, com a antecedência de 30 dias, com os seguintes elementos: a) Indicação do prazo previsto, dentro do limite aplicável; b) Declaração da qual conste: que o menor vive com ele em comunhão de mesa e habitação”.
- 2.7.** Uma vez requerida esta pretensão, o empregador apenas tem a possibilidade de recusar o pedido com fundamento em exigências imperiosas do funcionamento da empresa ou na impossibilidade de substituir o/a trabalhador/a se este/a for indispensável dispondo, para o efeito, do prazo de vinte dias, contados a partir da receção do pedido do/a trabalhador/a, para lhe comunicar por escrito a sua decisão. Se o empregador não observar o prazo indicado para comunicar a intenção de recusa, considera-se aceite o pedido do/a trabalhador/a, nos termos da alínea a) do n.º 8 do artigo 57.º do Código do Trabalho.
- 2.8.** Em caso de recusa, é obrigatório o pedido de parecer prévio à CITE, nos cinco dias subsequentes ao fim do prazo estabelecido para apreciação pelo/a trabalhador/a implicando a sua falta, de igual modo, a aceitação do pedido, nos termos da alínea c) do n.º 8 do artigo 57.º do Código do Trabalho.
- 2.9.** Convém esclarecer o conceito de horário de trabalho flexível à luz do preceito constante no n.º 2 do artigo 56.º do CT, em que se entende “por horário flexível

aquele em que o trabalhador pode escolher dentro de certos limites, as horas de início e termo do período normal de trabalho”.

**2.10.** Nos termos do n.º 3 do citado artigo 56.º do mesmo diploma legal: “O horário flexível, a elaborar pelo empregador, deve:

- a) Conter um ou dois períodos de presença obrigatória, com duração igual a metade do período normal de trabalho diário;
- b) Indicar os períodos para início e termo do trabalho normal diário, cada um com duração não inferior a um terço do período normal de trabalho diário, podendo esta duração ser reduzida na medida do necessário para que o horário se contenha dentro do período de funcionamento do estabelecimento;
- c) Estabelecer um período para intervalo de descanso não superior a duas horas”.

**2.11.** Neste regime de trabalho, o/a trabalhador/a poderá efetuar até seis horas consecutivas de trabalho e até dez horas de trabalho em cada dia e deve cumprir o correspondente período normal de trabalho semanal, em média de cada período de quatro semanas.

**2.12.** Pretendeu, então, o legislador instituir o direito à conciliação da atividade profissional com a vida familiar conferindo ao/à trabalhador/a com filhos menores de 12 anos a possibilidade de solicitar ao seu empregador a prestação de trabalho em regime de horário flexível. Esta possibilidade traduz-se na escolha, pelo/a trabalhador/a, e dentro de certos limites, das horas para início e termo do período normal de trabalho diário, competindo ao empregador elaborar esse horário flexível observando, para tal, as regras indicadas no n.º 3 do artigo 56.º do CT. Tal implica, necessariamente, que o empregador estabeleça, dentro da amplitude determinada pelo/a trabalhador/a requerente, períodos para início e termo do trabalho diário, cada um com duração não inferior a um terço do período normal de trabalho diário,

podendo esta duração ser reduzida na medida do necessário para que o horário se contenha dentro do período de funcionamento do estabelecimento/serviço.

- 2.13.** Esclareça-se que sendo concedido aos/às pais/mães trabalhadores com filhos menores de 12 anos ou, independentemente da idade, com doença crónica ou deficiência um enquadramento legal de horários especiais, designadamente, através da possibilidade de solicitar horários que lhes permitam atender às responsabilidades familiares, ou através do direito a beneficiar do dever que impende sobre o empregador de lhes facilitar a conciliação da atividade profissional com a vida familiar, as entidades empregadoras deverão desenvolver métodos de organização dos tempos de trabalho que respeitem tais desígnios e que garantam o princípio da igualdade dos trabalhadores, tratando situações iguais de forma igual e situações diferentes de forma diferente.
- 2.14.** No contexto descrito, o trabalhador requerente solicitou a prestação de trabalho em regime de horário flexível, *“fazendo apenas intervalo das 13:00 às 13:30 para almoço.”*
- 2.15.** Face aos argumentos expostos pela entidade empregadora sobre o período de intervalo de descanso, na Informação elaborada pela Chefe de Divisão de Expediente e Pessoal, importa esclarecer que: a CITE já se pronunciou repetidas vezes em pareceres anteriores emitidos a respeito da duração do período para intervalo de descanso no horário flexível de trabalhador com responsabilidades familiares – cfr. Parecer n.º 15/CITE/2010, aprovado por unanimidade dos membros.
- 2.15.1.** Assim, nos termos do aludido Parecer n.º 15/CITE/2010 refere-se nomeadamente:
- “ (...) Com efeito, o legislador ao pretender que o horário flexível, a elaborar pelo empregador, deve estabelecer um período para intervalo de descanso não

superior a duas horas, não quis impor ao empregador uma duração mínima para esse intervalo, dado tratar-se de um intervalo de descanso de um horário de trabalho específico para trabalhadores com direito a conciliar a sua atividade profissional com a vida familiar, por terem filhos menores de 12 anos, ou, independentemente da idade, filhos com deficiência ou doença crónica, que com eles vivam em comunhão de mesa e habitação”.

- 2.15.2.** “Assim, torna-se mais compreensível a diferença entre o intervalo de descanso de um horário de trabalho flexível e o intervalo de descanso de um horário de trabalho comum, como o previsto no artigo 136.º do Regime, Anexo I da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, segundo o qual o intervalo de descanso deve ter uma duração não inferior a uma hora nem superior a duas horas”.
- 2.15.3.** Face ao que antecede, põe-se a questão de saber, qual a duração mínima do intervalo de descanso, a estabelecer pelo empregador, num horário de trabalho flexível?”
- 2.15.4.** “Em primeiro lugar, afigura-se que o intervalo de descanso não deve ter uma duração tão reduzida que não seja um intervalo de descanso, como por exemplo, se tivesse a duração de 5, 10 ou mesmo 15 minutos”.
- 2.15.5.** “Em segundo lugar, o intervalo de descanso de um horário de trabalho flexível, como vimos atrás, pode não ter uma duração mínima de uma hora”.
- 2.15.6.** “Parece razoável que a duração mínima do intervalo de descanso de um horário de trabalho flexível possa ser de 30 minutos, como já era essa a previsão da alínea c) do n.º 4 do artigo 18.º do D.L. n.º 230/2000, de 23 de setembro, que regulamentava a lei da proteção da maternidade e da paternidade, posteriormente revogado pela alínea r) do n.º 2 do artigo 21.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de agosto, que aprovou o anterior Código do Trabalho”.

- 2.15.7.** “A referida alínea c) do n.º 4 do artigo 18.º do D.L. n.º 230/2000, de 23 de setembro, dispunha que o horário flexível deve estabelecer um período para intervalo de descanso, não superior a duas horas nem inferior a 30 minutos”.
- 2.15.8.** “De facto, a redução do período para intervalo de descanso, de uma hora para 30 minutos, no âmbito do horário flexível, contribui para atingir o seu objetivo fundamental, que é o de conciliar melhor, e mais efetivamente, a atividade profissional com a vida familiar”.
- 2.16.** Nestes termos, os motivos alegados pela entidade empregadora, não demonstram exigências imperiosas que ponham em causa o funcionamento do Departamento ...
- 2.17.** Além disso, a Universidade ... não concretiza os períodos de tempo que, no seu entender, deixariam de ficar convenientemente assegurados, face aos meios humanos disponíveis e ao horário flexível pretendido por aquele Trabalhador.
- 2.18.** Acresce que é o próprio responsável pela Faculdade ... e Presidente do Departamento ... da Universidade ... que admite em despacho que concorda e não vê prejuízo para o serviço.

### **III – CONCLUSÃO**

- 3.1.** Face ao exposto, a CITE emite parecer desfavorável à intenção de recusa da UNIVERSIDADE ..., relativamente ao pedido de trabalho em regime de horário flexível, apresentado pela trabalhadora...

**3.2.** O empregador deve proporcionar à trabalhadora condições de trabalho que favoreçam a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal, e, na elaboração dos horários de trabalho, deve facilitar à trabalhadora essa mesma conciliação, nos termos, respetivamente, do n.º 3 do artigo 127.º, da alínea b) do n.º 2 do artigo 212.º e n.º 2 do artigo 221.º todos do Código do Trabalho, aplicáveis, também, ao setor público, por força do artigo 22.º “*in fine*” da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e, em conformidade, com o correspondente princípio, consagrado na alínea b) do n.º 1 do artigo 59.º da Constituição da República Portuguesa.

**APROVADO POR UNANIMIDADE DOS MEMBROS PRESENTES NA REUNIÃO DA  
CITE DE 28 DE NOVEMBRO DE 2013**